

A TRANSFORMAÇÃO DAS IDENTIDADES DAS POPULAÇÕES TRADICIONAIS A PARTIR DO TURISMO DE ALTO PADRÃO DA PRAIA DO FORTE/BA

DARCILEY GOMES DE OLIVEIRA²⁹

IVANA SOUSA MARQUES³⁰

JANAÍNA BARBOSA DA SILVA³¹

RESUMO

Desde a colonização do Brasil pelos portugueses, principiada no Estado da Bahia no século XVI, os povos tradicionais residentes naquele espaço, assim como em todo o litoral brasileiro, sofrem entre outros males, a bruta alteração de suas identidades. Trata-se da tomada dos direitos de viver suas culturas, de explorar os recursos naturais para a sobrevivência e de serem atores de suas histórias. Uma nova forma de colonizar continua com a globalização e o interesse capitalista hegemônico, as populações tradicionais são cada vez mais obrigadas a ver a reconfiguração de seus lugares.

Palavras-chave: Colonização, Tradições, Globalização, Conflitos, Lugares

ABSTRACT

Since the colonization of Brazil by the Portuguese, from the State of Bahia in the sixteenth century, the traditional peoples who live in this space, as well as all the Brazilian coast, are among other ills, the gross alteration of their identities. It is involves taking the right to live their cultures, to exploit natural resources for survival, and to be actors in their stories. A new way of colonizing continues with globalization and hegemonic capitalist interest, traditional populations are increasingly being asked to see rewritten places.

Keywords: Colonization, Traditions, Globalization, Conflicts, Places

1. INTRODUÇÃO

A perda da identidade dos povos tradicionais, desde os remotos tempos da colonização portuguesa, sempre foi motivo de questionamentos. Muitas foram as lutas, principalmente por parte dos próprios prejudicados, a fim de uma libertação das imposições que os amedrontavam e massacravam, a quem queria apenas a garantia de sua sobrevivência nas terras onde habitavam. Como se sabe, índios e negros sofreram as barbáries da injusta forma de apossamento do território brasileiro.

Este trabalho Trata-se de uma investigação acerca das populações tradicionais de Mata de São João – BA, que por resultado do turismo de luxo, têm suas identidades afetadas suas principais atividades econômicas proibidas. Ainda pretende também verificar, quais as consequências da

²⁹Graduanda em Geografia pela UFCG, darciley_gomes@hotmail.com

³⁰Graduanda em Geografia pela UFCG, ivanasousam@hotmail.com

³¹ Professora adjunta da UFCG, janaina.barbosa@ufcg.edu.br

crescente privatização das áreas pela rede imobiliária como também, a construção de resorts de luxo nos territórios antes habitados pelas populações tradicionais, de onde retiravam seus sustentos. No entanto vêm perdendo seus espaços e identidades para dar lugar ao desenvolvimento econômico, pautado no poder hegemônico que privatiza as áreas públicas do mesmo espaço.

A investigação se deu a partir da participação na disciplina de Oceanografia do curso de licenciatura em Geografia da UFCG, pois o estudo da citada disciplina, a dinâmica global inerente aos mares e oceanos e, conseqüentemente, a dinâmica social. Com estudos preliminares em sala de aula, várias questões foram abordadas sobre os oceanos e seus ecossistemas, bem como as populações que deles dependem. O que gerou preocupação e motivou muitos debates e a iniciativa de se escrever alguns trabalhos com análises preliminares sobre o tema, como este.

Este, trabalho foi realizado em etapas, a saber: pesquisa de gabinete a fim de verificar publicações acerca do fenômeno da urbanização em áreas cercadas pelas praias e, especificamente, no município de Mata de São João – BA, local de nossas posteriores observações, também serviu de base a leitura de duas dissertações de mestrado e pesquisa de campo com vistas a comprovação do pesquisado em gabinete.

Foi feita uma visita à Praia do Forte em Mata de São João – BA, no mês de dezembro de 2017. Através de entrevistas com moradores da cidade e de membros da colônia de pescadores, foi possível conhecer um pouco do universo reconfigurado de um povo que pertence a uma cultura local, mas que está impossibilitado de viver seus modos de vida. Assim também, como exercer seus saberes e fazeres, em consequência da urbanização desenfreada, onde empresas nacionais e internacionais e redes hoteleiras, ganharam espaços para fazer do litoral Norte da Bahia, uma faixa de praia ocupada pelo turismo elitista e por empreendedores que não valorizam os povos tradicionais do local e acabam dando margens à disparidade social.

Outrossim, é fato que o espaço não pára no tempo, ele precisa de transformações, assim como afirma Faria (2013, p. 81), comentando o texto de Rogério Haesbaert:

O espaço é ao mesmo tempo testemunha e veículo dos binômios: “ordem/caos” e “mudança/permanências”. E apesar de se compreender que o sentido binário limitaria esta complexa definição, concorda-se com o autor quando ele explicita que no espaço são travados combates e nele estão representadas cicatrizes de lutas e signos da permanência e da mudança.

No entanto, é importante que as tradições não se percam no universo do mundo modernizado e globalizado que padroniza, assola, e corrompe a os sujeitos, colonizando-os, mesmo que se tratando de tempos atuais. A pesquisa teve como objetivo denunciar sofrimentos calados e ocultos a tantos olhos que

preferem ver apenas o lado mascarado, fazendo muitos se passarem como invisíveis perante uma sociedade que se nega a dividir o mesmo espaço. O procedimento desta denúncia, que ora se apresenta, deu-se por meio da permissão de suas falas e a audição de suas queixas.

2. DELIMITANDO ALGUNS CONCEITOS NECESSÁRIOS

Do ponto de vista da Geografia Crítica, uma das linhagens abordada nesta pesquisa, há reflexões pertinentes em torno dos conceitos geográficos. Lefévre (1976 *apud* CORRÊA, 2000, p. 34).

Do espaço não se pode dizer que seja um produto como qualquer outro, um objeto ou uma soma de objetos, uma coisa ou uma coleção de coisas, uma mercadoria ou um conjunto de mercadorias. Não se pode dizer que seja apenas um instrumento, o mais importante dos instrumentos, o pressuposto de toda uma produção e todo intercâmbio. Estaria essencialmente vinculado com a reprodução das relações (sociais) de produção.

O espaço é uma interação da complexidade do meio e das animações sociais inerentes aos seres humanos. Entre ambos, existe uma intimidade que os condiciona, e desta forma, há uma junção da natureza com o poder transformador de uma sociedade.

Para Santos (1978, p. 145) “[...] o espaço organizado pelo homem é como as demais estruturas sociais, uma estrutura subordinada-subordinante. E como as outras instâncias, o espaço, embora submetido à lei da totalidade, dispõe de uma certa autonomia [...]”

A lógica da autonomia do espaço provém de ele ter um poder natural de transformação, pois a natureza sendo a criadora das bases para se conseguir a posição de espaço, tem suas evoluções sem nenhuma interferência humana ou social. Trata-se da dinâmica que pertence ao planeta Terra e que nenhum poder social é capaz de interferir.

Para a Geografia Humanista e Social: “O espaço vivido é uma experiência contínua, egocêntrica e cultural, um espaço de movimento e um espaço-tempo-vivido [que] se refere ao afetivo, ao mágico, ao imaginário.” (HOLZER, 1992 *apud* CORRÊA 2000, p. 32).

Nesta perspectiva o espaço ganha valor simbólico, alcança o patamar de palco das tradições, onde os elementos são utilizados com sincretismos mágicos e afetivamente penetram não só no cotidiano dos sujeitos, mas também na alma, expressando o poder energético que existe na própria natureza. Fica claro nesta definição conceitual que a subjetividade predomina quando um sujeito toma para si um espaço e o faz dele seu habitat, e mesmo que não seja para ele, local de

habitação, ele cria vínculos com um determinado espaço porque de alguma forma ele se identifica com o local. É neste ponto que a noção de espaço se conecta a de lugar. E o que se entende aqui por lugar?

O lugar é onde nasce as identidades, é onde dá sentido à permanência nele ou a desistência de permanecer e fazer parte dele. Outrossim, o lugar dá sentidos positivos e negativos aos sujeitos.

O lugar é onde estão as referências pessoais e o sistema de valores que direcionam as diferentes formas de perceber e constituir a paisagem e o espaço geográfico. Trata-se na realidade de espacialidades carregadas de laços afetivos com os quais desenvolvemos ao longo de nossas vidas na convivência com o lugar e com os outros. O conceito de lugar assume um caráter subjetivo, uma vez que cada indivíduo já traz uma experiência direta com seu espaço, com o seu lugar, houve um profundo envolvimento com o local para adquirir tal pertencimento (STANISKI et al., 2014 p. 6).

Outro conceito necessário à compreensão da realidade analisada é o de paisagem, que de acordo com Milton Santos,

[...] nada tem de fixo, de imóvel. Cada vez que a sociedade passa por um processo de mudança, a economia, as relações sociais e políticas também mudam, em ritmos e intensidades variados. A mesma coisa acontece em relação ao espaço e à paisagem que se transforma para se adaptar às novas necessidades da sociedade (SANTOS, 1997, p. 37).

Raffestin (1993), por sua vez, ao tratar do conceito de território, afirma que “[...] se forma a partir do espaço como resultado da ação de ator que se apropria do espaço e o territorializa”. Desta forma, o envolvimento dos sujeitos com o espaço contribuem para a relação de poder entre ambos, causando transformações e gerando fronteiras, construindo, portanto, um território.

Outra noção que nos parece apropriada é a que o antropólogo Marc Augé trouxe, a dos “não-lugares”. O autor afirma que “os não-lugares, são tanto as instalações necessária à circulação acelerada das pessoas e bens, quanto os próprios meios de transporte ou os grandes centros comerciais, ou ainda os campos de trânsito prolongado onde são estacionados os refugiados do planeta” (AUGÉ, 1994, p. 36). O Não-Lugar é um estágio onde tudo é efêmero ou incerto, onde vive quem perdeu a identidade individual ou ainda não conseguiu construir uma, é a marca de uma vivência descontínua e solitária. Estas categorias nos parecem absolutamente necessárias para a compreensão do quadro geográfico do município de Mata de São João, especialmente o que se refere à Praia do Forte.

3. POPULAÇÕES TRADICIONAIS LOCALIZADAS NA PRAIA DO FORTE, MUNICÍPIO DE MATA DE SÃO JOÃO – BA

Populações ou comunidades tradicionais são pessoas que vivem em pequenas comunidades, geralmente descendentes de indígenas, quilombolas, pescadores, etc. sua atividade econômica se baseia no extrativismo, pesca, coleta de frutas nativas, catadores de caranguejos, entre outras atividades diretamente ligada à natureza. Em 2007 o presidente Luiz Inácio Lula da Silva aprovou o decreto federal de número 6.040, Artigo 3º, de acordo com o Inciso I que os define.

Estes grupos vivem uma relação de sustentabilidade com o ambiente no qual estão inseridos. Como se refere Diniz (2007, p. 68), são “portadores de uma outra cultura que tem as suas próprias histórias e mitos, resultantes de suas relações com a natureza, diferentes daquelas que são vividas nas sociedades urbanos-industriais”. No entanto, há particularidades em cada povo e em cada ser individual, mas que se relacionam pela coletividade.

Mata de São João é um município localizado no Litoral do estado da Bahia, de acordo com o IBGE possui uma área de 632,255 km² e uma população de 40.183 habitantes. Por possuir um belo litoral, uma das principais atividades econômicas é o turismo litorâneo. A praia do Forte, além de ser um grande atrativo turístico é um local de subsistência e resistência de populações tradicionais, e que tem um papel importante na preservação ambiental, pois muitos matenses dependem dos recursos naturais para se manterem, já que a principal atividade econômica para os povos tradicionais é baseada no extrativismo, ou seja, pesca, coleta de frutas, de caranguejo, etc.

Essas populações tradicionais que antes tinham acesso à extração dos recursos naturais para o seu sustento, estão perdendo esse direito graças à privatização dessas áreas para o setor turístico e imobiliário. Nos últimos tempos, é crescente o número de resorts que vem sendo construídos. Segundo DINIZ (2007), essas privatizações acarretam em muitas consequências para essas populações, pois suas atividades tradicionais são necessárias para suas sobrevivências mas nos últimos anos vêm sendo criminalizadas por persistirem em exercer suas identidades. No município de Mata de São João as comunidades tradicionais ocupam um vasto território para além da APA³². A seguir na figura 1, mapa do litoral norte da Bahia.

³² Área de preservação Ambiental

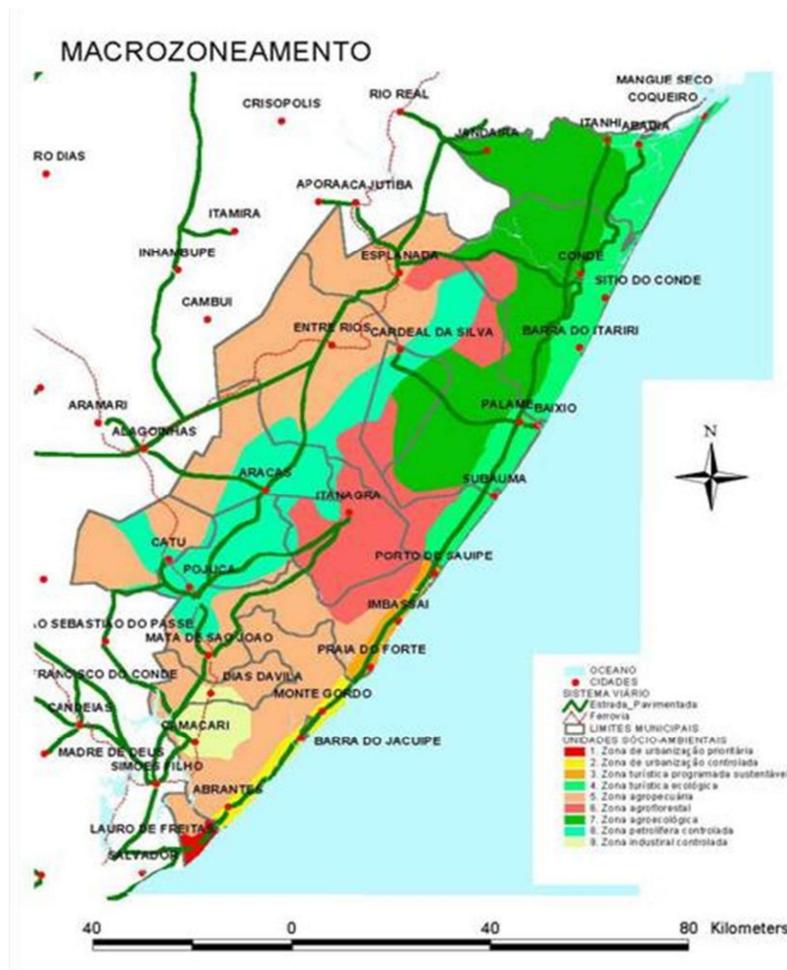


Figura 1: Mapa de macrozoneamento da APA Litoral Norte. Fonte: Bahia, 2005, p.46

4. OCUPAÇÃO DAS ÁREAS DE POPULAÇÕES TRADICIONAIS NA PRAIA DO FORTE PELA MÁQUINA CAPITALISTA DO TURISMO

A praia do Forte, um dos locais mais privilegiados do litoral Norte da Bahia para o turismo, teve desde os remotos tempos da colonização atividades voltadas para as tradições da sua população, com seus sustentos tirados de seus trabalhos artesanais, pesca, agricultura de subsistência e agropecuária, de forma a ser vendido somente o excedente, tendo como objetivo da produção, dos frutos de suas atividades, os seus próprios sustentos.

Manteve-se nestas condições até a década de 1980 e só a partir desse período é que a Praia do Forte passa a ser vista como oportunidades de consumo capitalista do espaço através do turismo que se apropria do tangível e do intangível para gerar fortuna à custa do espaço natural, das histórias, e culturas de um povo, que tem em suas tradições suas vidas traçadas por suas identidades. Não que este seja um cenário apenas do litoral Norte da Bahia, o mundo inteiro passa a ser palco da indústria do turismo que pauta a globalização.

Em 1990 o município ganha a Linha Verde, um eixo viário que passa a integrar a dinâmica econômica da região e possibilita o crescimento urbano, além de contribuir para a crescente articulação dessa mesma região com todo o estado, Como afirma Faria,

Todo tipo de regionalização, na visão de Haesbaert (2010) p.230 é um ato de poder, tendo em vista que significa também o poder de recortar, classificar e nomear segundo critérios, estratégias próprias de um contexto histórico, político e econômico que viabilizem a lógica de expansão capitalista em unir territórios em nome de um potencial financeiro de gerar lucro, arrecadar impostos e taxas por parte dos governos (2013 Pág.33).

Pautado no fenômeno da regionalização, o turismo permite liderança econômica do ramo hoteleiro e de resorts em uma prática de lazer que precisa controlar as tradições dos povos, segundo seus interesses. Os mapas da ocupação do solo de Mata de São João, figura 3 e 4, servem para comparação entres os anos de 1989 e 2010 e permitem identificar como esta ocupação já tem sido ampliada e as “armaduras” de concreto tem preenchido muito mais espaços tradicionais. Na figura 2 uma imagem que representa o luxo do Hotel Iberostar Bahia, implantado para o turismo na Praia do Forte.



Figura 2 - Hotel Iberostar. Disponível em: <https://www.iberostar.com/pt/hoteis/praiadoforte/iberostarbahia>

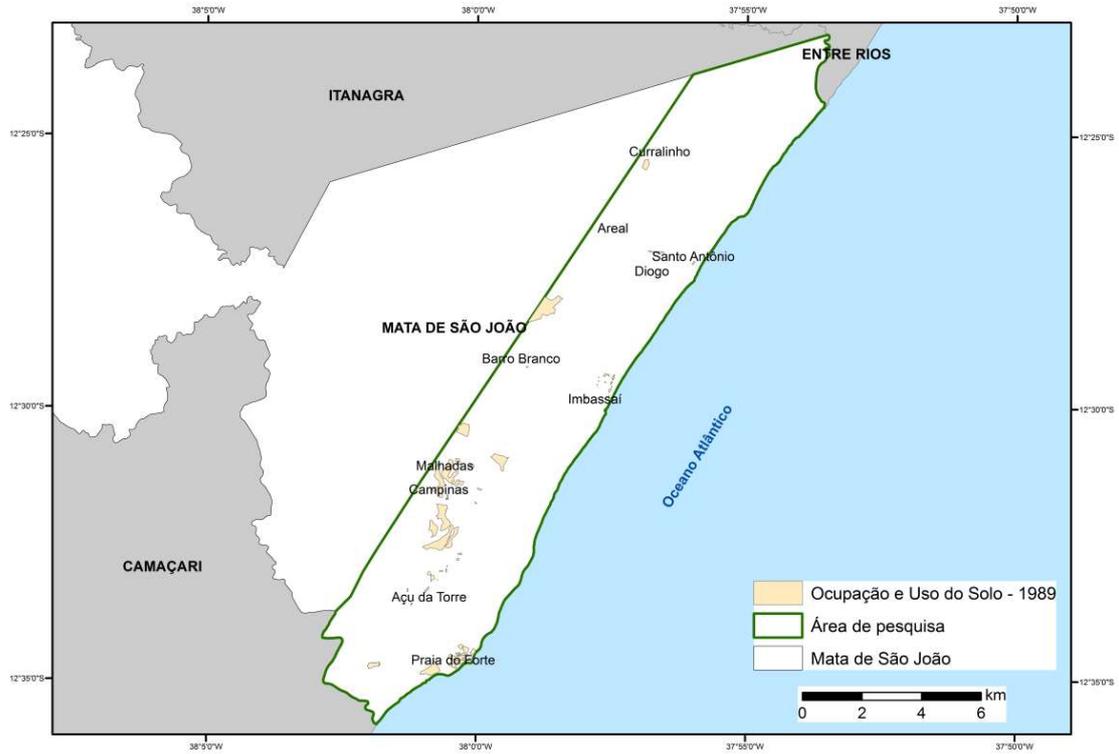


Figura 3: - Mapa de ocupação do solo do litoral de Mata de São João 1989. Fonte: SEI, 2010; CPRM, 2008; CONDER, 1989. Elaboração: Gabriella Faria, 2012

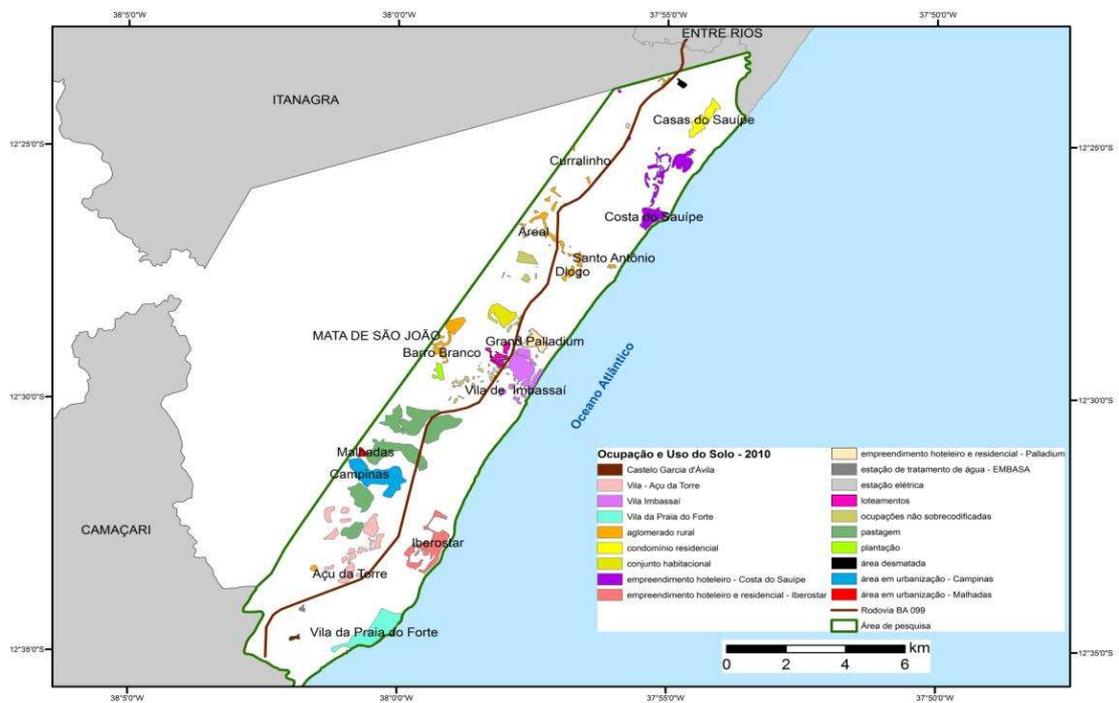


Figura 4: - Mapa de ocupação do solo de Mata de São João, 2010. Fonte: SEI, 2010; CPRM, 2008; PRONEX, 2010. Elaboração: Gabriella Faria, 2012.

5. O PASSADO E O PRESENTE SE ENCONTRAM NA MESMA VIA: UMA COMPARAÇÃO DA HISTÓRIA DAS POPULAÇÕES TRADICIONAIS DE MATA DE SÃO JOÃO DESDE A COLONIZAÇÃO PORTUGUESA AOS DIAS ATUAIS

A forma de colonização que configurou mundialmente espaços na busca de recursos naturais para extrair riquezas de terras ainda intocadas e habitadas por nativos, também escravizou povos, pois os europeus, para colonizarem o Brasil e explorarem seus recursos naturais abundantes, tiveram necessidade de muita força de trabalho.

A estratégia imediata foi escravizar os índios e como se não bastasse, massacraram-nos para o apossamento das suas terras. Também se apoderaram da vida de africanos para que fossem possível dar continuidade ao uso das terras brasileiras, muito sofrimento acompanhado de sangue e de lágrimas percorreu o Brasil.

O Estado da Bahia, que foi uma das portas de entradas para a colonização, teve a vida de seu povo marcada pela violência e inibição de suas identidades. A história das populações tradicionais que habitavam o município de Mata de São João, foi palco do poderio dos Garcia D Ávila (c.1528 - 1609)³³, colonizadores que chegaram ao Brasil e dominaram o território de boa parte do litoral Norte do mesmo Estado. Assim como afirma Pessoa (2002 *apud* DINIZ, p. 57) “que ao norte de Salvador, Garcia d’Ávila, ‘almoxarife’ – tesoureiro do governador Tomé de Souza conseguiu juntar um patrimônio em terras e dinheiro”. Segundo Diniz (2007, p. 38), foi uma etapa violenta da história daquele povo, uma saga que durou quatro gerações do domínio da família d’Ávila e continuou mais adiante pelos que conquistaram o poder latifundiário na mesmas terras. Período que percorreu os anos de 1549 até 1852 quando pelo dispersamente das terras pelos herdeiros e com o advento da lei de terras culminou na venda das propriedades para outras famílias, as mesmas contribuíram novamente através de arrendamento de terras e trocas apenas pelos cuidados dela a retornada das populações tradicionais a exercerem sua atividade, dando outra chance a população que sobrara e que ainda resistia aos seus modos de vida tradicionais.

Em Mata de São João, um espaço que após a decadência do domínio dos d’Ávilas já caminhava reconquistando a independência e a identidade de seu povo, regressa a uma outra forma de não poder expressar a sua cultura e de impedimento da retirada de seus sustentos da

³³ Garcia d’Ávila (c.1528 - 1609) viveu muito tempo como agricultor e criador em Rates, Portugal, sendo amigo de Tomé de Souza, gozava de larga estima por parte do pai deste – o Prior. Chegou à Bahia em 29 de março de 1549, com Tomé de Souza – primeiro governador geral do Brasil, sendo nomeado, no primeiro dia de junho, “feitor e almoxarife da Cidade do Salvador e da Alfândega”. Pelo esforço e dedicação, durante a construção da Capital, Garcia d’Ávila foi recompensado com terras de Sesmarias, instalando-se inicialmente em Itapagipe, depois em Itapoã e Tatuapara (atualmente Mata de São João), vindo a se tornar o primeiro Bandeirante do Norte.

terra onde vivem, e, conseqüentemente, ter seus modos de vida sequestrados novamente pela “supermodernidade” que, como afirma Augé (2012), seria um termo para designar as “figuras de exerço” (o termo é utilizado para reafirmar a individualidade dos sujeitos na visão de consumismo, assumindo-se fora de uma contemporaneidade coletiva), não sendo apenas específico para esses povos, mas também da grande maioria do povos tradicionais de variados lugares. Estes povos representam entraves para a exploração das riquezas naturais do globo por parte de exploradores, e, dessa forma, onde a representação da surpermodernidade globalizada tiver interesse de praticar as formas capitalistas globais, elas chegam de maneira arrasadora das objetividades e subjetividades do espaço e de seus sujeitos.

Isso ocorre no município matense, quando nos anos 1970 os empresários direcionam suas visões empresarias para as riquezas naturais da Praia do Forte. Se no passado as populações tradicionais do litoral Norte da Bahia foram vítimas da violência colonizadora dos portugueses, atualmente tais populações ainda permanecem sob jugo de dominadores daquele espaço, entretanto não mais se utilizando do chicote ou troncos de castigos, mas sim formas mais sutis de dominação, pelo subemprego ou por empregos formais não menos destrutivos, que infelizmente, muitos deles ainda continuam a queimar as carnes e os sonhos daquela gente.

De acordo com Faria (2013, pg. 69), foi no ano de 1973 que o “empresário alemão Klaus Peters³⁴ adquiriu as terras da Fazenda Praia do Forte, e a partir de 1981 passaram a ser geridas pela Fundação Garcia d'Ávila³⁵”. A partir dessa época começa um novo tempo e uma nova forma de exploração no litoral Norte da Bahia, desta vez, não mais para a mineração, criação de gado, extrativismo, mas sim, com o objetivo de gerar uma economia pautada em uma urbanização direcionada para o turismo, já que o litoral Norte não oferecendo mais a mesma capacidade de exploração dos recursos naturais para continuar na mesma economia, se viu a oportunidade de lucrar com a apropriação do espaço e configurá-lo para implantar a atividade do turismo naquela Região. A seguir, na figura 6, uma imagem que está exposta no Castelo da Torre³⁶, mostrando o cotidiano da família d'Ávila com seus servos. Posteriormente, na figura 7, a imagem do Castelo.

³⁴ Klaus Peters foi o idealizador da Praia do Forte e convidou o arquiteto Wilson Reis Neto para elaborar o projeto urbanístico da Vila.

³⁵ Organização Social Civil de Interesse Público – OSCIP que realiza projetos nos setores educacional, ambiental, histórico, cultural e social na região.

³⁶ Residência dos Garcia d'Ávila. Uma das primeiras famílias colonizadoras a chegar ao Brasil e primeiro ponto de comunicação das Américas.



Figura 5 - Foto de uma obra de arte retratando o cotidiano do Castelo da Torre na era colonial.
Foto: Poliana Esteves, 2017.



Figura 6 - Foto do Castelo da Torre. Disponível em: <https://www.google.com.br/maps/uv?hl>

6. A NOVA ERA DA COLONIZAÇÃO

A partir deste fato, já a esta altura da história do nosso país, depois de tantas lutas pela liberdade, um novo modelo de apossamento da liberdade e da identidade de um povo se inicia com o projeto de trabalhar o turismo na Região baiana. Trata-se do empreendedorismo ao qual mais uma vez retoma o apossamento do espaço para que os empresários do ramo hoteleiro e resorts o adeque para atender uma demanda tendencial, em que a camada da sociedade que se apodera de um grande poder aquisitivo se interessa, e desta forma, o espaço de direito de todos, mas,

sobretudo de quem já nele habita e produz de acordo com a sua cultura, passa a ser ambiente privado para o ócio e o luxo para turistas nacionais e internacionais que usufruem do lugar sem qualquer compromisso com ele.

Foi por este ângulo de visão capitalista e elitista que as populações tradicionais entraram mais uma vez na roda da perda de suas identidades e de seus espaços, motivo que os impediu de continuar a sobrevivência nas imediações da Praia do Forte. A própria população relatou em assembleia como se deu a expropriação de suas terras, conforme registro realizado Edite Diniz (2007, p. 52):

Depois que eles chegaram, proibiram a criação de animais soltos. Paulo Padilha de Souza vinha de jipe e matava os animais no terreiro, a tiro, na frente do dono só pra ver o que ele fazia. Quem falasse alguma coisa saía da fazenda. Já na década de 70, quando Alemão Klaus Peter comprou as fazendas, o gerente que ele colocou, um tal de Antônio Peixoto, continuou com a opressão a todas as famílias que na terra ainda estava na teimosia. Além de proibir as roças, a gente era obrigado a plantar coco, então a terra ficou fraca e sem outros lugares para botar novas roças. Só via gente passando necessidades, então eles vinham para comprar as terras que nos restavam (João, março 2006).

No relato dos próprios moradores fica claro que a violência da escravidão teve sua chama acesa para dar rumo ao novo processo de “desenvolvimento” do município e das áreas vizinhas, a retomada das terras que abrigavam àquele povo que por eles eram arrendadas, pertenciam aos latifundiários que nesta época moravam geralmente em alguma capital do Brasil. Com a venda das propriedades o novo comprador já com objetivos claros, não demorou para expulsá-los. Este fato fez as populações tradicionais passarem a se aventurar em contextos fora de suas realidades.

Com o passar do tempo, as privatizações das áreas públicas foram acontecendo, a exemplo das praias que acolhiam comunidades de pescadores, a agricultura de subsistência que sustentava-os tinha sido proibida e também com a expulsão das terras não era mais possível esta prática, ou seja, os saberes e fazeres daquele povo foi golpeado pelos novos donos do poder.

E para onde ir agora? Conseqüentemente restou o êxodo rural, as famílias que tinham suas vidas fixadas em seus aconchegos, foram obrigadas a migrar para metrópoles, especialmente Salvador, ampliando o processo de inchaço urbano característico dos anos 1980. Viver em favelas e nas periferias e habitar lugares que não correspondiam aos seus modos de vida foi o que lhes restou. De acordo com DINIZ (2007, p. 56), “os mais novos se arriscaram em busca de trabalho na cidade”, pois de certa forma, com a construção dos novos prédios nasceria também outras formas de trabalho. A mesma autora relata também que “o trabalho na Fundação dos Garcia d’Avila e contemporaneamente nos Hotéis sempre foram formas de perseguição. E na comunidade, resta

apenas o trabalho de caseiros”. Além disso, grande parte da referida população se tornou mendiga e faminta. Desta forma, houve uma reorganização da escravidão, entretanto, escamoteada, mantendo a colonização sob outras formas.

As reservas ambientais existentes foram tomadas para abrigar as estruturas de concretos que deram forma a empreendimentos luxuosos. As restingas³⁷ existentes nas proximidades foram urbanizadas, brejos e nascentes foram aterrados. A figura 7 mostra área de restinga preparada para a urbanização.

Entretanto, a população matense vive o lado negativo do desenvolvimento que fomenta o turismo e transforma o município em um lugar privilegiado para quem se dispuser a pagar o preço da sofisticação. Em entrevista com moradores em 15 dezembro de 2017, o que se pode perceber claramente foi a indignação dos autóctones que têm suas histórias e modos de vida vetados pelo poder político e econômico. De acordo com os entrevistados nada é permitido para eles praticarem seus modos de vida e, sequer, têm o direito de trabalharem nos empreendimentos do turismo. Os mesmos relatam que nos hotéis só trabalham pessoas de fora, porque já vêm treinados para uma forma de atendimento padrão e globalizada, afirmam que as praias não mais podem ser frequentadas por eles, que as crianças não podem brincar nas ruas e nas praias para não incomodar os turistas, da mesma forma em que a violência é mascarada também existe um grande índice de prostituição gerada pelo turismo mas que, é ignorado por quem pensa em apenas vender a cidade em forma de turismo como produto efêmero para quem puder pagar por suas belezas.



Figura 7 - Ecossistema restinga. Foto: Acervo do INEMA, 2010.

³⁷ Restinga: ecossistema da mata atlântica que são determinados fisicamente pelas condições edáficas (solo arenoso) e pela influência do mar e estão distribuídos ao longo do litoral brasileiro e por várias partes do mundo.

Transforma-se, no entanto, uma população em um povo sem direitos a viver suas identidades e territórios o que leva, conseqüentemente, a praia do Forte a se tornar um “não-Lugar” impossibilitado de na seqüência de transformar o espaço em um lugar vivido, experimentado, e não apenas uma bruta descontinuidade que violenta a vida de um povo. Muitos foram os relatos de moradores denunciando às prisões a céu aberto em que vivem e que será relatada adiante.

7. VENDO A DINÂMICA DE UM “NÃO-LUGAR”: A EXPERIÊNCIA DA PESQUISA DE CAMPO

Afim de investigar e comprovar empiricamente o que já havíamos pesquisado em gabinete, fomos à campo ver de perto como ocorre a influência do turismo hoteleiro no que diz respeito à vida das populações tradicionais, em especial os pescadores que vivem na Praia do Forte, no município de Mata de São João. A experiência do campo foi muito rica, pode-se notar que além das construções de hotéis e resorts na localidade e da intensa atividade turística, os projetos ambientais a exemplo do Tamar³⁸ e Baleia-Jubarte³⁹ também tiveram e ainda têm muita influência no modo de vida e atividades dessas populações tradicionais. A partir de visitas aos projetos e entrevistas com pescadores de uma das colônias (sendo que um dos pescadores da colônia não é nativo do município), também realizou-se outra entrevista com uma moradora descendente de pescadores tradicionais da Praia do Forte. Com isto, foi possível obter informações pertinentes ao andamento da pesquisa.

Logo ao chegarmos notamos elementos na paisagem que caracterizam a Praia do forte como um lugar turístico elitista, é notável que tudo naquele ambiente gira em torno do turismo. Um fato que chamou atenção logo no primeiro momento foi a falta de ônibus estacionados no local. Depois fomos informados que o ônibus que viajamos não poderia permanecer estacionado naquelas imediações, pois aquele tipo de veículo não é permitido na Praia do Forte. Outro ponto que chamou a atenção foi a organização de toda a estrutura urbana da Praia do Forte, as edificações, as ruas, tudo bem arranjado para criar uma paisagem atrativa aos olhos dos turistas que ali chegam. Essa estrutura segue um padrão parecidos com outras cidades turísticas litorâneas do Brasil.

Levando em consideração o fato de Mata de São João ser um município com um litoral muito rico e a pesca tradicional é intensa, escolhemos para a entrevista pessoas que tem relação

³⁸Programa Nacional de conservação de Tartarugas marinhas com sede de projeto espalhadas pelo litoral brasileiro.

³⁹ Projeto de proteção a baleia-jubarte na costa brasileira.

com a atividade pesqueira, afim de conhecer de perto os impactos que o crescente turismo tem na vida das pessoas que vivem na Praia do Forte, pois, nada melhor que as pessoas que estão inseridas nesse contexto para falar a respeito e com propriedade. Buscamos seguir um padrão nas perguntas das entrevistas, lançando questionamentos focados nos temas relacionados ao turismo e suas relações sociais, como: economia, cultura, etc. deixando os entrevistados à vontade para respondê-las ou não. Podemos notar também que as repostas divergem em alguns pontos, mas em outros são parecidas. Para proteger a identidade dos entrevistados eles ganham aqui nomes fictícios. As figuras 8 e 9 mostram fotos referente à colônia de pescadores entrevistados.



Figura 8 - Sede da Colônia de pescadores. Foto de Ivana Marques, 2017.



Figura 9 - Foto das Placas fixadas na parede da sede da Colônia de pescadores. Foto de Ivana Marques, 2017.

8. UM RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE COTIDIANO UM DE UM POVO DE RAIZ TRADICIONAL

A seguir, uma explanação da entrevista separada por temas:

1) **Impacto econômico**

“Pra mim mesmo, como não sou daqui, só fez melhorar. Eu pesco meu pescado, vendo aqui para os restaurantes. Quanto mais turista, mais a possibilidade de vender peixe”, Pedro.

“Acredito que o impacto tenha sido negativo, por um lado houve uma redução dos locais de pesca por muitos rios foram sendo fechados pelos hotéis, conseqüentemente redução da pesca”, Maria.

Percebe-se a diferença como cada um sentiu o impacto econômico gerado pelo crescimento de empreendimentos turísticos. Para Maria que vem de uma família de tradição na praia do Forte, desde sua tataravó, o aumento do turismo, em especial no que se refere a construção de hotéis e resorts, reduziu os pontos de pesca que sua família e outros pescadores costumava retirar seu sustento. Já para Pedro, que não é nativo do município, o aumento do turismo lhe trouxe mais lucro.

2) **Impactos sociais**

“Às vezes alguns turistas nos procuram perguntando se a gente vende droga, essas coisas, aí já aumenta a visão dos meninos mais novos a entrar nessa vida também. Antigamente os turistas não influenciavam como agora”, Rafael.

Aumentou muito o consumo de drogas, prostituição, os donos das barracas contratam meninas para saírem com os turistas, para fazer programa. É muita menina estuprada, como eles (os turistas) não são daqui saem impunes. Mais uma coisa, a Praia do forte não é mais da gente, a Praia do Forte ela é comprada, não é mais uma coisa nossa, é uma coisa que foi comprada por míseros milhões, a gente não pode mais dizer assim “a rua é pública”, “Não é mais uma vila de pescador” (um rapaz falou), a rua não é mais pública é de Temer e João Gualberto. A gente ia ficar sem a praia, mas a comunidade fez um protesto, por que a gente não podia mais pescar, a gente não podia pegar uma vara botar uma “sardinhazinha” e pescar na beira. Mas teve uma reunião, se juntou todos os nativos na sede, a associação dos pescadores, a partir daí o “Santo” dono da praia do Forte liberou, porque a Marinha não deixou, a praia é dele, a terra, mas o mar é da Marinha. Se for contar a perda de Praia do forte por parte dos nativos, foi de 85%, disse-nos Maria.

Notamos que são inúmeros impactos negativos em âmbito social, trazidos pelo turismo para a praia do Forte. O consumo de drogas é um fator presente em ambas as respostas, tanto pela parte dos turistas que procuram os pescadores para comprar a droga (podemos perceber que existe

um preconceito dos turistas em relação aos pescadores, por serem negros, são estereotipados como traficantes) e os turistas acabam influenciando os jovens ao consumo de drogas.

3) Tradições

“Hoje em dia as festas já têm horário pra começar e pra acabar por causa das pousadas”,
Rafael

Mudou muito, hoje é tudo privatizado, antigamente era uma coisa linda. Teve agora a festa de padroeiro, mas foi privatizado, não teve aquela alegria, aquela coisa feita pelo povo da comunidade, foi o povo de fora quem organizou. Não foi aquela coisa bonita da praia do forte, que todas as senhoras se reuniam para fazer roda de Samba, que durava até o outro dia, tinha ressaca, agora não pode mais ter, agora depois de 8 horas não pode ter mais som. Aqui a praia do forte é privada, é para o turista...Perdemos muitas tradições, a Careta-careta, a gente se pintava de preto e saía nas ruas assustando, que é uma das mais antigas daqui, atualmente quem quiser participar vai ter que se cadastrar na delegacia...Quem tá chegando de fora quer enterrar nossa tradição. Outras tradições são o Bumba-meu-boi, tem as Baianinhas, que cantam, dançam, fazem samba de roda, tem as mortalhas de carnaval. Tá se perdendo uma coisa que era bonita, que alegrava, que era NOSSA e o povo vem de fora tá assolando a ponto de sumir. Relato de Maria.

Uma consequência do fluxo de turistas de diferentes lugares e de diferentes culturas, é a invasão e perda da cultura local dos habitantes da praia do forte, tendo que alterar seus costumes e festas tradicionais para a dinâmica do turismo local que se entrelaça ao global, adaptar os horários de acordo com que não incomode o descanso dos turistas, dentre outros fatores.

4) Trabalho

“A grande maioria dos empreendedores donos de hotéis, pousadas, restaurantes, supermercados, é de fora, mas o lado bom é que acaba gerando emprego”, Rafael.

“A maioria dos nativos do Forte ainda vive da pesca, outros procuram trabalho em outras cidades. Mas também muita gente de fora trabalha aqui. A não ser que seja no projeto Tamar, no projeto trabalha muita gente daqui meu tio trabalha lá, nos hotéis não.” Maria.

Podemos notar na fala tanto de Rafael quanto de Maria que a Praia do Forte não é “invadida” apenas por turistas em busca de lazer, pessoas de fora vem em busca de emprego e investir em empreendimentos, restando para os nativos a pesca limitada ou emprego nos empreendimentos dos grandes empresários, empregos esses que talvez não exijam muita qualificação. Porém, também notamos divergências nos relatos, enquanto Rafael defende que existem oportunidades de emprego, na fala de Maria ela denuncia a falta de oportunidade de

emprego para os nativos da Praia do Forte, tendo estes que procurar emprego em outros municípios, em contrapartida muitas pessoas de fora chegam para trabalhar.

5) Segurança

“Por exemplo, se por um acaso um de nós for assaltado e a gente prestar queixa, vai demorar pra chegar, mas se for um turista de qualquer lugar a Praia do Forte já está toda cercada, a prioridade aqui é o turista, o nativo aqui é quase nada”, segundo relato de Daniel.

O nativo da Praia do Forte não é tão valorizado quanto os turistas, podemos notar isso na fala de Daniel quando ele fala da urgência da polícia em resolver a ocorrência do turista, provavelmente para causar uma boa impressão e não perder um cliente.

Uma notável injustiça social se entrelaça em meios às belezas exuberantes que o litoral Norte da Bahia possui. Uma questão visível para quem sabe olhar, mas invisível às turvas visões capitalistas que se interessam apenas em lucros, pois a história deste povo se confunde em meio aos vagos interesses sociais de coletividade e igualdade, que são produtos raros ao mundo atual. O lugar para eles, se perdeu no tempo. A supermodernidade que os descaracterizou, transformou os seus espaços em “não-lugares” traçando uma trajetória de uma nova busca por suas identidades.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

“É porque eu tô sozinha, porque se não, já tinha explodido essa praia do forte, mas não pode”. Por esse trecho do fim da entrevista que tivemos o privilégio de realizar com Maria, pode-se ter uma ideia de toda a angústia de ter seu lugar invadido, por pessoas que vem e vão e não fazem ideia do impacto que causam na vida daqueles que permanecem ali e que tem seus costumes, suas crenças, suas culturas, seus modos de vida alterados para caber dentro dos desejos das práticas de um turismo elitista e egoísta. Desde o rio que deu lugar ao resort, as festas que não podem mais acontecer a noite toda para não atrapalhar o descanso dos turistas, a sensação de não ter valor dentro do seu próprio lugar, até o fato de se estar ali a serviço de estranhos. Assim como aconteceu desde o início da colonização, mas que continua de uma maneira sutil e camuflada.

O que podemos fazer com esse trabalho para ajudar a pessoas como Maria? Talvez, usá-lo como porta voz para mostrar o lado que a mídia utiliza em sites, revistas e propagandas de turismo não mostram, pois existe outra face cruel desta atividade. Pois as mudanças antrópicas, que transformam os espaços precisam ser repensadas a ponto de serem designadas a dar um retorno positivo socioeconômico à população. Pois, as transformações não deveriam ganhar

impulso muito mais negativos e não ressaltar exageradamente muito mais rupturas do que as permanências.

O que antes era um espaço seguido de um lugar de referência e de identidade de um povo, passa a ser entendido como um “não-Lugar”, provindo da supermodernidade e da globalização que valoriza as práticas de consumo capitalistas e adentram o território do tangível e do intangível. Há um desafio à Geografia. É urgente uma compreensão para que tais populações não percam suas identidades, definitivamente. Certamente depois deste trabalho não veremos mais o turismo da mesma forma.

10. REFERÊNCIAS

BAHIA. Plano de Desenvolvimento e Ordenamento Territorial das Povoações Litorâneas da APA do Litoral Norte do Estado da Bahia. Salvador: Governo do Estado da Bahia - Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos/ Centro de Recursos Ambientais, 2005.

DINIZ, E. L. Tapera, Pau Grande e Barreiro: uma geohistória de resistência de comunidades tradicionais, no Litoral Norte da Bahia. 2007.

FARIA, G.A. de. Natureza, apropriação e resistência: contradições na dinâmica de ocupação territorial da zona litorânea de Mata de São João – Bahia, Salvador, 2013.

GUIA GEOGRÁFICO PRAIAS DA BAHIA. Disponível em: <http://www.praias-bahia.com/mata-sao-joao/mapa.htm>. Acesso em 28/01/2018.

MARC, Augé. Não-Lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas, SP: Papyrus, 1994.

RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. São Paulo: Editora ática, 1993. 266 p.

SALGUEIRO, T. B. Paisagem e Geografia. Finisterra, Lisboa. V. 36, N. 72. 2001. P. 37 – 53.

SANTOS, Milton. Pensando o espaço do homem. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, Milton. Por uma Geografia Nova: da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. 3ª edição. São Paulo: HUCITEC, 1986.

STANISKI, A.; KUNDLATSCH, C. A.; PIREHOWSKI, D. O Conceito de Lugar e Suas Diferentes Abordagens. Revista Perspectiva Geográfica; Marechal Cândido Rondon. Vol. 9, Nº 11, 2014.